

O HUMANISMO RENASCENTISTA NA OBRA O PRÍNCIPE DE MAQUIAVEL: PERSPECTIVAS PARA AS HUMANIDADES

RENAISSANCE HUMANISM IN MACHIAVELLI'S THE PRINCE: PERSPECTIVES FOR THE HUMANITIES

EL HUMANISMO RENASCENTISTA EN LA OBRA EL PRÍNCIPE, DE MAQUIAVELO: PERSPECTIVAS PARA LAS HUMANIDADES

Plínio Rogério da Silva¹
Adriano Sousa Lima²

Resumo

O objetivo deste artigo é relacionar o humanismo-renascentista italiano e suas influências na obra *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel, a uma perspectiva para as humanidades. O humanismo renascentista trouxe a redescoberta da cultura antiga e deu início à Idade Moderna, relacionada à prática política e à liberdade observada pelo filósofo. As ideias do filósofo são apresentadas dentro de um contexto. A percepção de liberdade é diferente nos principados e na República, assim, quando Maquiavel fala dos príncipes nesta obra, há que se pensar naqueles que exercem o poder político. Neste aspecto, a liberdade se apresenta diferente nos principados e na ideia de república presente nesta obra.

Palavras-chave: humanismo; liberdade; Maquiavel; príncipe; Renascimento.

Abstract

The objective of this article is to relate Italian Renaissance humanism and its influences on Nicola Machiavelli's *The Prince* from the perspective of the humanities. Renaissance humanism brought about the rediscovery of ancient culture and started the modern age, it has to do with the political practice and freedom observed by the philosopher. The philosopher's ideas are seen in context. The perception of freedom is different in the principalities and in the republic, so when Machiavelli speaks of the princes in this work, it is necessary to think of those who exercise political power. In this respect, freedom presents itself differently in the principalities and in the idea of a republic present in the work.

Keywords: humanism; freedom; Machiavelli; prince; rebirth.

Resumen

El objetivo de este artículo es relacionar el humanismo-renacentista italiano y sus influencias en la obra *El Príncipe*, de Nicolás Maquiavelo, a una perspectiva para las humanidades. El humanismo renacentista trajo la redescubierta de la cultura antigua y respaldó el inicio de la Edad Moderna, relacionada a la práctica política y a la libertad observada por el filósofo. Las ideas del filósofo se presentan dentro de un contexto. La percepción de libertad es distinta en los principados y en la República, por lo tanto, cuando Maquiavelo trata de los príncipes en esta obra, hay que pensar en aquellos que ejercen el poder político. En este aspecto, la libertad se presenta de forma diferente en los principados y en la idea de república presente en esta obra.

Palabras clave: humanismo; libertad; Maquiavelo; príncipe; Renacimiento.

¹ Mestre em Filosofia pela UFS – Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Educação Especial pela UNEB – Universidade do Estado da Bahia – Tradução e Interpretação em Libras pela UNIREDENTOR – Universidade Redentor do Rio de Janeiro – e Professor Letras/Libras pela UNEB. Licenciado em Pedagogia pela UNEB e Filosofia pela UFS. Graduando em Ciências da Religião pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). E-mail: pliniorogério@yahoo.com.br ou rogerioplínio1970@gmail.com

² Doutor em Teologia pela PUCPR. Professor no Centro Universitário Internacional (UNINTER). E-mail: adriano.lima.66@hotmail.com

1 Introdução

O Renascimento corresponde a aproximadamente 300 anos da história humana. Procurou resgatar o passado clássico greco-romano, seus valores e, no caso italiano, carregou uma volta às ideias de república, que traz Roma como modelo a ser seguido. É a redescoberta da cultura antiga e o começo da Idade Moderna. O humanismo cívico, por exemplo, está associado às práticas políticas, pois seus representantes tinham uma relação direta com as universidades italianas, mas também tinham uma inserção de trabalhos realizados nas principais cidades dessa península.

A Itália encontrava-se dividida, e a ausência de poder central vai potencializar a evolução das cidades-Estado que mantinham seu poder local. Nesta conjuntura, há no Renascimento italiano a preocupação com o legado da antiguidade, focando, ao resgatar manuscritos dos filósofos gregos, a preocupação de trazer à tona a cultura desse passado, bem como havia o cuidado de transpor tais valores para a realidade concreta das regiões italianas. Entende-se, diante do exposto, que o método hermenêutico está mais bem adaptado para analisar este período neste artigo.

O conceito de liberdade na obra *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel, é objeto de análise deste artigo, mas, como já assinalado, isso se faz dentro do contexto do humanismo-renascentista italiano. Quando se fala em republicanismo, vem ao imaginário um governo em que, em tese, há liberdade política. Para Maquiavel, a liberdade política passa necessariamente por viver sob leis que devem servir para todos, sem discriminação. Na obra analisada, o filósofo fala de três tipos de principados e os compara às Repúblicas. Maquiavel descreve e tece considerações sobre os principados hereditários, novos e mistos. Vale destacar que Nicolau Maquiavel não tem uma preocupação ética, mas sim política nesse contexto.

Portanto, num primeiro momento o artigo apresenta o contexto humanista-renascentista da Itália e num segundo momento há uma análise conjuntural da obra *O Príncipe* ou *Dos Principados* de Nicolau Maquiavel. No item (III) três deste artigo serão feitas as considerações finais, porém aqui não há a preocupação de fechar a discussão, muito pelo contrário, este trabalho quer servir de base para debates e para elaboração de novos trabalhos que aprofundem o tema aqui relatado.

2 O humanismo-renascentista italiano

O Renascimento retoma o passado clássico, seus valores, e, no caso italiano, as ideias de república que trazem Roma como modelo a ser seguido. Além disso, há o olhar para o futuro,

algo que fundamenta as bases para o republicanismo moderno. Portanto, em resumo, pode-se afirmar que tal período é a redescoberta da cultura antiga e o começo da Idade Moderna, que deu uma significativa contribuição à história e a filosofia. Agora os seres humanos se colocam como centro das decisões e protagonistas de sua relação com o mundo concreto da cidade.

No livro *The Crisis of the Early Italian Renaissance*, publicado em 1966, o historiador teuto-americano Hans Baron inaugura o termo “humanismo cívico”, que passou a ser usado na história da filosofia política. Em seu estudo Baron, desenvolve a ideia de que não é o individualismo o elemento de continuidade entre o Renascimento e a modernidade, mas o republicanismo. O humanismo cívico está associado às ideias da prática política, pois seus representantes estavam ligados às universidades italianas, porém também desenvolviam trabalhos nas principais cidades desta península.

As comunas ou cidades italianas, desde o século XII³, estão entre duas forças que disputam tais territórios, o Império Sacro Romano-Germânico e a Igreja Católica. No entanto, essas disputas não se concretizaram, em princípio, num domínio político. A ausência de poder vai potencializar a evolução das cidades-Estado italianas, que lutam para manter os seus poderes frente a uma Itália toda fragmentada. Pode-se fazer uma analogia desse período e dizer que a Itália, no campo político, parecia uma “colcha de retalhos”, toda dividida em pequenos poderes locais.

O regime político de tais cidades, como Florença, é o de autogoverno, ora com governos mais populares, ora com um controle mais restrito. Nestes casos, o que determinava os regimes eram as disputas internas dentro das cidades, as forças sociais que faziam parte do espaço de poder político. A classe política estava dentro do espaço urbano, sentia-se pertencente a esse lugar, algo que fazia da cidade o espaço de construção de uma nova ideia de soberania.

Há no Renascimento italiano tanto a preocupação com o legado da Antiguidade, como a busca constante pelos manuscritos que resgatassem a cultura desse passado, como a preocupação de transportar tal legado para a realidade concreta das cidades-Estado da época.

O humanismo cívico do início dos séculos XIV e XV se formou numa relação recíproca entre a herança clássica, grega e romana, e a realidade concreta presente nas cidades italianas. Para Baron, as mudanças ocorridas nesse período têm fundamento político — seu pressuposto é o de que as alterações na história do pensamento devem ser compreendidas a partir das questões práticas vividas nas cidades-Estado. Nessa perspectiva, destaca-se, no campo histórico, na formação do humanismo cívico a guerra entre Florença e Milão, esta última uma

³O contexto histórico foi retirado do livro *História da vida privada III: da Renascença ao Século das Luzes*, organizado por Roger Chartier e traduzido por Hildergard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

potência monárquica do norte italiano. Portanto, entre essas cidades há um grande antagonismo — enquanto Florença tem um regime que é compreendido como aquele que busca a liberdade, Milão está dependente da virtude daquele que a governa.

A discussão entre vida ativa e contemplativa ganha destaque no Renascimento. Esse debate está nas raízes do próprio ato de filosofar. Nesse período se estabelece uma associação entre vida moral e regime político. Na obra *Dos deveres (De Officiis)*, de Cícero, o foco está na vida prática, no homem de ação. Cícero não deixa dúvida da superioridade da vida prática, bem como exalta a justiça em contrapartida às outras virtudes.

A teologia trazida pelo cristianismo é propensa a valorizar a “espiritualidade”, meramente contemplativa, em detrimento à vida política. O humanismo é herdeiro dessas duas concepções; por um lado, uma influência “romana” que tem como foco a vida prática, por outro a influência cristã, preocupada com a contemplação desassociada da vida concreta dos seres humanos terrenos. Em princípio, Baron descreve que o humanismo cívico transformou esses valores quando afirmou a superioridade da vida em ação política na cidade.

Há três textos que merecem destaque ao analisarmos tal período histórico, escritos por Francesco Petrarca (1303-1374), Coluccio Salutati (1331-1406) e, por fim, Matteo Palmieri (1406-1475). Helton Adverse destaca:

A primeira carta do quarto livro das Familiares, de Petrarca, narra um episódio decisivo na vida do poeta, uma espécie de conversão análoga àquela de Agostinho. Quando contava pouco mais de 30 anos, Petrarca decide concretizar um plano que o obcecava há um bom tempo: escalar o Monte Ventoux (ou Ventoso), localizado nos Apeninos. Sua narrativa é marcada por vários elementos figurativos. A escalada, o caminho íngreme, os obstáculos, o esforço e o cansaço, todas essas imagens fazem referência à clássica figuração da ascensão pela virtude (Adverse, 2013, p. 58).

Petrarca, nessa passagem da subida ao Monte Ventoux, destaca a importância do sacrifício como uma virtude do espírito para vencer as dificuldades da vida. O poeta deixa explícito que “a vida chamada beata está situada no alto, e estreito é o caminho que a ela nos conduz” (Adverse, 2013, p. 67), traços de uma exegese bíblica que mostra que no caminho há muitas dificuldades, mas o homem nobre deve caminhar superando esses obstáculos para ter a vitória esperada ao alcançar o topo deste monte. Portanto, há uma relação entre as inquietações da alma e o esforço humano necessário para se chegar ao ponto mais alto com sucesso.

Aqui, o poeta Petrarca não abandona sua linguagem carregada de alegoria e mostra que a recompensa está na imagem daquele que chega ao topo do Monte, tal como a beatitude percebida apenas nas almas virtuosas. O objetivo neste estudo não é fazer uma análise apurada das obras de Petrarca, mas destacar como a questão do contemplativo se contrapunha ao prático

nas cidades-Estado italianas do Renascimento. Assim como Agostinho se converteu após a leitura de uma passagem do Evangelho, Petrarca tinha em suas mãos o livro *As Confissões*.

Petrarca tem Agostinho como modelo de homem que conseguiu conciliar a devoção e o compromisso com a vida cristã e a retórica eloquente típico da cultura pagã. Essa era a maneira correta de viver, na visão de Petrarca: ter uma preocupação maior com a alma e desprezar o mundo terreno, algo inferior para o poeta. Apesar do destaque dado por Petrarca aos valores medievais, ele, talvez de forma contraditória, tinha grande apreço à cultura clássica.

Vale destacar que um dos textos mais conhecidos de Petrarca é *De vita solitaria*, escrito em 1346. Nessa obra, há uma forte ênfase do autor à vida contemplativa em oposição à vida ativa. Essa exaltação se confirma no tratado *De otio religioso*, redigido um ano mais tarde, em que a ideia de ócio, de descanso e tempo disponível estão à frente para dar forças, em princípio, à superioridade da vida contemplativa. Petrarca reservou certa admiração por personagens históricos que se identificaram mais com a pátria de que consigo mesmo, mas seu destaque se fundamenta que a vida ativa não tem nenhum valor para o poeta se não estiver acompanhado por um autêntico espírito cristão.

Por sua vez, Coluccio Salutati (1331-1406) transformou Florença num dos grandes centros da cultura humanista após 1350. Ele foi o responsável pelo aumento das coleções de manuscritos antigos na cidade, bem como ajudou a fundar uma cátedra de grego na universidade local. Seu papel como chanceler (1375 a 1406) fez surgir humanistas que dominavam o grego, e ele podia se orgulhar de manter melhores relações com as obras clássicas. Salutati costumava escrever por meio de cartas; vale destacar esta outra passagem descrita por Adverse:

A discussão sobre as formas de vida aparece somente na parte final da carta, quando *Salutati passa a emitir seu parecer sobre a “decisão” de seu amigo Zambeccari de deixar a vida social em favor do retiro da vida monástica. O que motivaria tal decisão seria o sofrimento amoroso de Zambeccari, apaixonado por uma mulher casada (ele próprio, aliás, também casado) impossível de se conquistar. Esse cenário é bastante conhecido na época de Salutati: Dante e sua Beatriz, Petrarca e sua Laura são figuras do amor cortês medieval cuja essência mesma é a impossibilidade de sua realização. A carta de Salutati, porém, não toca nesse ponto (nem poderia: Zambeccari não é poeta — se o fosse, não desejaria esquecer seu amor —, e sua amada não é fonte de inspiração): antes, ele vai direto ao exame do problema moral que se coloca diante da necessidade de o homem decidir como proceder em sua vida cotidiana. São as considerações de caráter moral, portanto, que ocupam o lugar principal da reflexão de Salutati, coerente (diga-se de passagem) com o teor de boa parte do que havia escrito desde o início da década de 1380. Zambeccari quer, então, substituir a frivolidade de sua vida social pela espiritualidade do monastério e, com esse expediente, substituir o amor terreno por um mais elevado: o da Virgem Maria* (Adverse, 2013, p. 63, grifo nosso).

A “espiritualidade” aqui sempre é compreendida como algo afastado do social; a vida terrena está num mundo de pecado, enquanto a celestial é aquela desejada pelos homens. Típico de uma herança do período medieval, os amores proibidos eram motivo de muito sofrimento para os homens e mulheres envolvidos, justamente porque estavam carregados de valores morais que também tinham força no início da modernidade. Na epístola de Salutati, o amigo Zambeccari quer sublimar seus desejos amorosos por uma vida no monastério e pelo amor apenas espiritual à Virgem Maria. Aqui, volta à tona a dicotomia entre a vida prática e contemplativa, algo que para Salutati faz do seu amigo um escravo da paixão da qual deseja se libertar. Ele vai usar este contato com o amigo para elogiar a vida ativa em detrimento ao distanciamento provocado pela vida contemplativa.

A forma encontrada por Salutati para superar tal paixão arrebatadora é Zambeccari deixar se envolver pela vida social, favorecendo, desta maneira, seu contato com os outros homens. Neste caso, a vida que busca o bem comum é também aquela que melhor lida com os sofrimentos da alma.

A assertiva de Salutati diz que em um retiro, dentro do monastério, por exemplo, os homens se afastam da família e dos seus próximos, fazendo com que recusem as obrigações com seus concidadãos. Nisto, a crítica a vida contemplativa deixa explícita que, ao cumprir os deveres como cidadãos os homens seriam mais úteis aos seus semelhantes. A vontade de Deus aqui está associada à vida em ação; assim, Salutati aconselha não só seu amigo, mas também a todos os homens de sua época histórica.

Salutati, assim como Petrarca, tem Agostinho como modelo das suas afirmações, pois para eles *A cidade de Deus* está presente na alma humana, que deve exercer suas virtudes dentro da realidade concreta da sua cidade. Nesse sentido, o humanismo não vê a intenção pelo divino fora do compromisso do homem com sua realidade, provocando os interlocutores à ação com a certeza de que a vida na cidade traça o caminho para o reino dos céus. Ao agir ajudando as pessoas, estar-se-ia imitando a providência divina. Vale destacar:

Nesse ponto, vale observar algo a respeito da estratégia argumentativa adotada por Salutati. Como podemos ver, ele se serve de uma linguagem perfeitamente conforme às perspectivas teológicas cristãs, colocando o problema da melhor forma de vida em termos tipicamente cristãos. Além disso, não é difícil perceber que a célebre divisão agostiniana entre as duas cidades emoldura a reflexão de Salutati. Contudo, a nosso favor há uma compreensão mais generosa acerca do status da vida política. Salutati é muito hábil ao mobilizar um conjunto de ideias familiar a seu leitor e, ao mesmo tempo, colocar em nova perspectiva essas mesmas ideias (Adverse, 2013, p. 67).

Em *Salutati*, a vida ativa deve vir associada à contemplativa. Há uma reciprocidade nesse caso, uma completa a outra, e traz à discussão uma nova filosofia moral que influenciará as gerações seguintes. A obra *Vita Civile* (1430), de Matteo Palmieri, escrita em forma de diálogo, acompanha as ideias de Cícero. Palmieri quer mostrar a moral daquele que se dedica às coisas públicas e dar subsídio para a vida prática dentro das cidades, tais como: temperança, fortaleza e prudência, que são virtudes para orientar a ação cidadã das pessoas. Observe abaixo:

O livro IV, em que fica mais evidente a natureza de sua moral destinada ao homem público. Mas, para nos mantermos fiéis à letra e ao espírito do livro de Palmieri, devemos adiantar que se trata de uma moral da ação, como ele próprio esclarece no início do livro, colocando essas palavras na boca de um dos jovens interlocutores do diálogo: “a virtude está na obra” (Adverse, 2013, p. 68).

Palmieri descreve a moral cívica presente em Cícero nos três primeiros livros da obra *Vita Civile*. Nesses diálogos, ele descreve uma moral dentro de uma lógica humanista e a partir do contexto vivido em Florença. Há, em certa medida, um confronto da moral cidadã com aquela divulgada pela Igreja; para amenizar tal situação, Palmieri introduz o cristianismo a uma filosofia moral que dê ênfase à prática. Mostra-se, nesta perspectiva, que o ser humano pode e deve procurar a glória também numa ação política, numa fidelidade à coisa pública.

A beatitude eterna, para Palmieri, está em cuidar da República; assim, ele apresenta aos jovens esta ação como sendo a mais valiosa a ser perseguida. A eudaimonia aristotélica, neste caso, seria morrer pela pátria. Diferente da vida cristã, que esperava a recompensa após a morte, aqui o justo benefício colhido advém de um patamar elevado presente no bem comum. A preocupação é conciliar a vontade de Deus com aquela do humanismo, em que as leis divinas poderiam ser compatíveis com a escolha pelo bem comum. Portanto, Palmieri faz uma relação da cidade terrena com aquela que nos espera no Reino dos Céus, a cidade de Deus. Dirá ele:

Nada que se faça na Terra agrada mais a Deus do que amar a justiça, a clemência e a piedade: essas coisas, embora sejam grandes em cada um, na pátria são acima de tudo grandíssimas. Aos conservadores desta está amplamente aberta a via para entrar no céu, naqueles lugares eternos que tu vês daqui (Palmieri, 2022, p. 206).

Não há que se pensar em subordinar o humanismo cívico aos moldes do cristianismo, até porque isso seria desproporcional neste período, mas ressaltar que a cidade deve ser governada de maneira livre, aqui retratada na República, diferentemente dos principados, onde o ambiente da cidade proporcionasse de fato uma vida boa. Destaca-se, neste caso, o sujeito moral inserido na cidade. Ela não é apenas o espaço onde há relações de encontros interpessoais,

mas o local de poder que serve de ação e reflexão para os humanistas. Aqui se busca, vale ressaltar, o modelo republicano de governo.

O humanista e historiador Leonardo Bruni traz a discussão da tradição romana para dentro de Florença, por exemplo, em que a cidade seria o lugar onde o Direito é respeitado e se busca a liberdade. Há aqui a ideia da harmonia entre lei e governo, onde todos devem estar subordinados às normas, mesmo quem governa a cidade. Tanto a liberdade quanto a igualdade são valores perseguidos pelos defensores do republicanismo, assim como o respeito às leis.

A história do republicanismo italiano, dentro do contexto humanista, aparece de duas maneiras distintas, porém com íntima relação de reciprocidade. O que constrói tal união é o processo educativo, pois a primeira está associada à retórica, que tem um papel político dentro desta sociedade, enquanto a segunda está dentro de uma matriz curricular cujo objetivo é formar para a vida pública. Os jovens precisavam ser formados para os compromissos com a cidade; aqui, Leonardo Bruni⁴ oferece uma produção que tem a ver com estes dois momentos.

Na análise feita por Bruni⁵ a educação e vida estão intimamente relacionadas, pois passa a ser a fonte onde os jovens são orientados para uma vida guiada pela moral, algo imprescindível, diria ele, para a conduta destes aprendizes na sua prática na vida pública. Sendo assim, faz-se necessário tanto o comportamento moral, quanto a ação política para que a história tenha sua devida importância. Estes aspectos terão profunda relevância na história do republicanismo italiano.

3 A liberdade na obra *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel: perspectivas para as humanidades

Quando se fala em republicanismo, vem à baila a ideia de um governo que, em princípio, há liberdade política. Nesta análise, as leis trazem certa tensão para a liberdade, pois surgem para colocar limites. Como se falar de liberdade com limites? Há nisso alguma contradição? O senso comum traz a representação de que ter liberdade é fazer o que se quer sem nenhuma restrição. Será? São questões que surgem e devem aqui ser mais bem analisadas.

Para Maquiavel, a liberdade política passa necessariamente por viver sob ordenações, leis que devem valer para todo cidadão e toda cidadã. A igualdade está relacionada a todos renunciarem às liberdades individuais em algum grau, pois o que conta é a coletividade. Portanto, a(o) cidadã(o) estará submetida às ordenações e não às pessoas.

⁴ Bruni escreveu em 1424 um tratado sobre educação intitulado *De studiis et liberis*, obra que ele fez com o objetivo de encaminhar à senhora Battista Malatesta.

⁵ Neste artigo não será aprofundada todas as contribuições de Leonardo Bruni, mas apenas ressaltar sua importância neste processo.

Talvez a obra mais conhecida de Maquiavel seja *O Príncipe* ou *Dos Principados*. Nela não se fala do filho do rei, mas daquele que governa. A discussão é a respeito de comunidades políticas que têm uma pessoa à frente. Neste aspecto, os principados não trazem liberdade, quem apresenta essa possibilidade é a República.

Adentrando a obra *O Príncipe*, percebe-se que no primeiro capítulo a preocupação de Maquiavel é apresentar os tipos de principados. Além disso, o filósofo os compara às Repúblicas. Mesmo conhecendo outras formas de governo, ele começa delimitando o mundo entre repúblicas ou principados. Assim, Maquiavel destaca os principados, que são hereditários, novos ou mistos. Nesse capítulo também já aparece a ideia de tropas mercenárias, pagas, e aquelas que são próprias. Estas últimas serão defendidas por Maquiavel no decorrer do livro.

Nicolau Maquiavel descreve que os principados hereditários são mais fáceis de serem governados. No segundo capítulo de *O Príncipe* o filósofo acrescenta que basta não fazer grandes mudanças e seguir os seus antepassados, deixar a cultura que encontrar em cada região conquistada, garantir que os povos conquistados mantenham seus costumes. No entanto, não há aqui uma preocupação com questões éticas, mas sim políticas, pois Maquiavel diz que não se pode ter vícios extraordinários para não se tornar odioso, tais como gastar dinheiro público de maneira explícita. Sobre os principados hereditários, afirma Maquiavel (2003, p. 35): “os Estados hereditários, efeitos à dinastia do príncipe, são mais facilmente conserváveis que os novos, já que basta ater-se às práticas dos antecessores e depois contemporizar com os imprevistos”.

No terceiro capítulo, Maquiavel discorre sobre os principados mistos, que são aqueles anexados. A primeira dificuldade, neste caso, são os inimigos. Sendo assim, a extinção da linhagem do governante anterior será suficiente para superar os problemas. Afirma o filósofo:

[...] em primeiro lugar, há uma dificuldade comum a todos os principados novos, a saber, que os homens mudam de boa vontade de senhor, acreditando melhorar... Isso deriva de uma outra necessidade natural e comum, que obriga o novo príncipe a lesar os interesses de seus novos súditos, ou com tropas ou com injúrias sem conta, inevitáveis quando se conquista um novo domínio (Maquiavel, 2003, p. 37).

Maquiavel dirá que Estados mais antigos podem anexar outros de nacionalidade e língua iguais ou diferentes. Porém, no primeiro caso será fácil conservá-lo, principalmente se estes não tiverem acostumados a viverem livres. Aí, dirá o filósofo, será preciso acabar com a dinastia do príncipe que os dominava, devendo-se preservar o que já existe nos costumes, assim os habitantes vão ficar em paz com o novo conquistador. Portanto, neste caso específico, o novo príncipe não deverá modificar nem as ordenações, ou seja, as leis, nem os impostos.

Ainda nos principados mistos, Maquiavel aconselha que a eficácia da conquista se torna mais consistente se o conquistador for neles residir, assim ficaria mais segura e duradoura sua posse. Estando coabitando o local, o príncipe perceberia logo quaisquer desordens e poderia sufocá-las de imediato, do contrário poderá ficar tarde demais para a ação. Diante disso:

Outra excelente solução é o estabelecimento de colônias em um ou dois lugares para impor, por assim dizer, grilhões àquele Estado — faça-se isso ou mantenha-se lá boa tropa de infantaria e cavalaria. Não se gasta muito com colônias, o príncipe pode instituí-las e conservá-las com pouco ou nenhum dinheiro; e prejudicará apenas aqueles a quem tornará casas e terras para dá-las aos novos habitantes (Maquiavel, 2003, p. 40).

Maquiavel descreve o que acontece para se manter o poder, aqui não há preocupação com um modelo ideal de sociedade, tais como pensaram Platão em *A República* ou Thomas Morus no livro *Utopia*. Sendo assim, o filósofo vai apresentando o que melhor se adapta no processo de conquista e conservação do poder. Como já explicitado, nas monarquias não há liberdade, pois o povo está submetido à vontade do governante e não às normas, como na República. Na citação acima, Maquiavel destaca que nos principados mistos a perda de casas e terras por parte de alguns fará com que os demais fiquem com medo de que lhes aconteça igual e, conseqüentemente, manter-se-ão tranquilos apenas por saber que não sofrerão danos.

Aqui, merece uma analogia com aquilo que aconteceu no Brasil Colônia — com a chegada da família real às terras conquistadas nas Américas, uma das primeiras iniciativas foi o confisco de residências para abrigar a corte portuguesa (Chartier, 2009). Assim, de certa forma, houve empenho para enfraquecer os poderosos da nova região, no caso os proprietários de terras e fazendas, para assegurar o poderio da corte na terra conquistada.

O capítulo V descreve como se devem governar cidades e principados que, antes da conquista, viviam segundo leis próprias. As ordenações dão um grau de liberdade maior para o povo, pois se entende que as leis servem para todos, sem distinção. Diferente das monarquias, em que os reis não estão submetidos às normas, na República isto deve ser uma regra para o cidadão comum, mas também para o seu governante. Qual a solução apresentada pelo filósofo nesse capítulo? Para ele, será necessário destruir o lugar, pois não há modo seguro de dominar aqueles acostumados com a liberdade a não ser pela ruína. Destaca Maquiavel:

Quando os Estados conquistados, como se disse, têm o hábito de viver segundo suas leis e em liberdade, três são as maneiras de mantê-los. A primeira consiste em arrasá-los, a segunda em lá ir residir pessoalmente, a terceira em deixar-lhes suas leis, estabelecendo um tributo e criando um governo de poucos que se conservem amigos (Maquiavel, 2003, p. 52).

Outras soluções apontadas pelo filósofo é habitar o local e cobrar uma paga, porém nada garante que isso será suficiente por muito tempo, pois estará na memória desse povo de que um dia viveu livre. Sendo assim, as repúblicas refletem mais vida, mais ódio com seus conquistadores, maior desejo de vingança, pois os conquistados não esquecem nem abandonam as lembranças da liberdade perdida, de certa forma a maneira mais segura é mesmo destruí-las.

A discussão de Maquiavel na obra *O Príncipe* ou *Dos Principados* trabalha dois conceitos que são importantes para compreender a ideia de liberdade — a fortuna e a virtú. A deusa fortuna tem relação com o acaso, as contingências, o poder de mudar as circunstâncias, ou seja, aquilo que não conseguimos prever. Já a virtú está associado à habilidade de manter o poder, pois basta lembrar que a Itália da época de Maquiavel estava toda dividida em pensando num “período de guerra”, no caso de uma invasão à Itália pelos espanhóis ou franceses, por exemplo, o governante deverá estar preocupado com o que é público.

Por fim, há que salientar-se que o termo Estado não tem como ser utilizado no período do Renascimento, pois tal ideia só surgiria no Séc. XVIII. O humanismo-renascentista, pode-se dizer, foi um grande movimento econômico presente principalmente na Itália. Nessa época há várias cidades-Estado e os estados papais, que dividiam a região em norte e sul. As cidades italianas disputavam entre si e Nicolau Maquiavel fez uso da história para explicar seu contexto, trazendo um olhar para a história daquilo que funcionava ou não para manter o poder político.

3 Considerações finais

Enquanto no feudalismo a sociedade e, conseqüentemente, a educação era estática, a prática e a contemplação se encontram separadas na vida das pessoas. Por exemplo, caso um homem nascesse servo, isso passava a ser visto como uma vontade divina. Sendo assim, esse servo tem que aceitar o seu destino e esperar receber a recompensa numa outra vida caso siga a “vontade” de Deus. Portanto, o ser humano e a natureza eram estudados com o mesmo método, pois numa sociedade com pouco ou quase nenhuma ideia de mudança, tinha-se a crença de que ele seguia um fluxo natural para o divino. Nessa lógica de pensamento está presente a grande influência da Igreja, em especial a visão dogmática trabalhada pelos jesuítas.

Já o Renascimento, que ocorreu na Europa em meados do século XV e compreendeu cerca de 300 (trezentos) anos de nossa história, trouxe novas contribuições acerca das relações sociais e das formas de encarar o mundo concreto ao nosso redor. Esse período apresentou um lugar novo para o ser humano, atribuindo um valor totalmente renovado da dimensão racional do ser humano. Nessa época se buscava, grosso modo, a superação do paradigma cristão; assim,

este ser humano renascentista terá como principal preocupação a transformação da vida a partir de sua realidade concreta, ou seja, o ser age no meio e também sofre influência do próprio meio. Portanto, a pessoa se torna o centro do saber. Advêm desse momento histórico, por exemplo, as grandes navegações, o renascimento das grandes cidades, tais como Florença e Milão, bem como aparecem as ciências da natureza e, mais à frente, os Estados Modernos etc.

É neste contexto renascentista-humanista que Nicolau Maquiavel vive e desenvolve suas teorias sobre a liberdade, os principados e a República. Aqui vale ressaltar a ideia de que a liberdade tem a ver com as leis servirem para todos, tanto quem está no poder como os cidadãos comuns. Este conceito de liberdade em Maquiavel tem muita relação com a atualidade — exige-se do povo certas obrigações que os ocupantes de cargos públicos não cumprem na mesma proporção. Nestas singelas contribuições para novos processos de discussão sobre este tema, não há mais a preocupação de descrever as características dos principados e a visão de Maquiavel sobre eles, pois o próprio corpo do texto trouxe subsídios para isso; quanto à Res (coisa)-Pública, esta sim merece algumas considerações.

A República pensada por Maquiavel não traz uma preocupação moral, mesmo que isso seja extremamente importante, pois seu foco está naquilo que acontece de concreto, ou seja, não existe aqui a ideia do modelo perfeito de sociedade, nem mesmo há como afirmar que isso um dia seria possível. Analisar a conjuntura da realidade política, utilizando-se da virtú para superar as armadilhas da deusa fortuna, é aqui algo muito interessante para ser observado em qualquer período histórico. Assim como a Itália dividida presente no tempo de Maquiavel precisava superar tamanha divisão, há, agora, desafios que devem ser observados e analisados com a astúcia de quem precisar ficar atento às armadilhas que são usadas para se manter ou derrubar alguém do poder político.

Referências

ADVERSE, Helton (org.). **Filosofia política no Renascimento italiano**. São Paulo: Annablume, 2013.

CHARTIER, R. (org.). **História da vida privada III: da Renascença ao Século das Luzes**. Trad. Hildergard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Gernape, 2003.

PALMIERI, Matteo. *Della Vita Civile*. Florença, Itália: Legare Street Press, 2022.